

a voz de timor

DIRECTOR: FRANCISCO LOPES DA CRUZ

ÓRGÃO GOVERNAMENTAL DE TIMOR

SÁBADO 12 DE ABRIL DE 1975

ANO XV — N.º 778

PREÇO 2550

VER PÁG. 2

Vice-Presidente
da FRETILIN
impedido de sair
de Timor

NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS OU DE ECONOMIA DE DIRECÇÃO CENTRAL O TRABALHO É O SUSTENTÁCULO DA PRODUÇÃO

Em Timor há alguns intérpretes deste apelo, que desde a primeira hora
foi lançado pelo Coronel Lemos Pires

Quer nas sociedades capitalistas, quer nas de economia de direcção central, o trabalho é o sustentáculo da produção desencadeada, que vem a reflectir-se no rendimento nacional.

A diferença está, porém, na apropriação da mais-valia. Enquanto nas sociedades capitalistas vai para o patrão, sob a forma individual ou agropal nas de economia de direcção central vai para o Estado.

Vêm estas considerações a propósito da controvérsia sobre o aumento ou redução dos horários de trabalho. Em Timor, bem como em alguns sectores de Portugal, fruto do subdesenvolvimento educacional e cívico, que o fascismo não se cansava de cultivar o trabalho, era e é considerado tarefa de escravos.

As elites que pensavam e pensam assim, continuam incapazes de compreenderem o papel de favorecidos e exploradores dos seus concidadãos.

O colonialismo interno é uma realidade, sem que alguns tomem consciência dele ou se tomam, não lhes interessa operar modificações.

A condição de privilegiados, consciente ou inconscientemente sentida, leva estas elites a considerarem-se vivendo numa sociedade de consumo em massa. Tais poderes podem facilmente detectar-se, nos automóveis, no vestuário na habitação e no desejo de tempos livres, que tal sociedade desencadeia, com vista a uma maior alinação humana.

EDITORIAL

Mudanças de situações políticas provocam, necessariamente, mudanças em tudo. Principalmente se um povo vivia há meio século sob um jugo fascista, ou há quatro séculos sob um sistema colonialista.

Uma das muitas mudanças operadas foi, sem dúvida, na fraseologia usada.

Há uma frase que felizmente desapareceu da fraseologia portuguesa. Impunha-se o seu desaparecimento. Era uma frase chave da sobrevivência de todos. Quem nunca terá dito aquela frase? Talvez só aqueles que arriscaram tudo para o derrubamento do regime fascista em Portugal. Aqui, dadas as circunstâncias da existência de uma delegação da ex-PIDE/DGS também muitos a usavam.

Mas depois veio o 25 de Abril. E todos desataram a falar em política. Já há quase um ano, verificamos aqui em Díli, que não se tem em parte nenhuma uma conversa que vá além dos cinco minutos, sem que se fale de política.

Bem o Governo tem feito apelos dizendo que a vida não é só política.

Essencialmente é trabalho. Apela-se ao trabalho. Todos fazem ouvidos de mercador. Pretende-se aumentar o horário de trabalho. Qual quê... adeus trabalho vai-te embora... Política, isso sim. Pode-se estar um dia inteiro, um mês inteiro, um ano inteiro a discutir e a fazer política. Isso sim. Trabalhar é só para os que não sabem fazer mais nada.

Daí termo-nos lembrado daquela tal frase que acabou com o fascismo. Ainda bem que acabou. Mostra que as pessoas agora são livres. Que o país é democrático. Mas não é por uma questão saudosista, muito gostaríamos nós de que todos a continuassem a usar em Timor. Não é que sejamos contra a liberdade, contra a democracia. Muito ao contrário. Mas o que está em jogo é o bem-estar do povo de Timor a sua sobrevivência, a sua auto-suficiência.

Bem, mas ainda não dissemos qual era a frase. Ou será que o leitor já a descobriu? Pois muito bem ela aí vai: «... a minha política é o trabalho...».

São, normalmente, tais estratos sociais que encabeçam e dão corpo, às ideias e comportamentos reaccionários «de facto» e a outros mais refinados, provenientes quicá da luta na consciência, por um desejo de ser proletário, mas, na prática viver como um bom burguês.

Após o 25 de Abril tais quadros de referência são postos em dúvida e mesmo fortemente contestados, pois não podem caber numa nova sociedade aberta e igualitária. Alguns, conseguiram e conseguem fazer auto-crítica e então modificaram a sua conduta: outros não conseguem adaptar-se à situação de uma sociedade mais justa e onde todos sejam considerados pessoas humanas.

No entanto, estes novos tempos exigem a doação de todos à obra que todos devemos ajudar a construir, pois reverte a favor de todos e não só de alguns, como acontecia nos velhos tempos.

O exemplo no caso de Timor vem dos militares: Conseguiu-se saber que, dentro de dias os militares em Díli vão passar a trabalhar das 7 às 12 e das 15 às 17. Aliás no Conselho Militar debateu-se a ideia que, de facto é necessário trabalhar mais. Anote-se que nos países industrializados os horários de trabalho rondam as 45 horas semanais.

Esta tomada de posição dos militares insere-se na ideia da criação de uma so-

ciade mais rica (o que se consegue com mais trabalho) e ao mesmo tempo mais justa (por uma melhor distribuição dos rendimentos).

Felizmente que em Timor já alguns interpretavam este apelo que o coronel Lemos Pires, desde a primeira hora havia lançado. Assim a Imprensa Nacional, as Obras Públicas, entre outras já praticam horários dentro da nova orientação.

Os burocratas, privilegiados, teimam em não aumentar o trabalho.

Propomos, daqui do Governo de Timor, que na parte burocrática seja adoptado o horário semelhante ao praticado no sector industrial, a fim de que não mais

monitores escolares e outras categorias profissionais estejam seis meses e mais sem receberem vencimentos, por culpa dos burocratas.

Como diz o Primeiro Ministro brigadeiro Vasco Gonçalves temos que ter em consideração, que alguns são capazes de se adaptarem a nova situação.

Para aqueles que não sejam pois bem, dêem lugar a quem deseja «de facto», ajudar a construir um país novo.

A hora é de mobilização nacional. A vontade, a firme determinação e a disciplina colectiva é urgente. Que cada um de nós seja capaz e digno de dar a resposta.

Alberto Martinho

A UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE

É UM MOVIMENTO DA VANGUARDA
CUJO OBJECTIVO É A LUTA PELA
INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-DÍLI

Ver pág. 2

UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE COMUNICADOS

A UDT comunica o seguinte:

— Por indicação médica, o nosso dinâmico Secretário-Geral, Domingos de Oliveira, entrou em regime de tratamento e repouso, uma vez que a sua saúde está bastante abalada. Assim, na reunião do dia 1 do corrente mês, o Comité Central acabou por bem substituí-lo temporariamente no exercício das suas funções; entretanto, interpretando o desejo unânime de todos os adeptos, filiados e simpatizantes da UDT, desejamos aquele nosso companheiro de luta, rápidas melhoras.

— Pela nota 556/SG, a PSP de Timor pediu elementos sobre o comportamento partidário de um elemento daquela corporação, pelo facto de a UDT ter dado público conhecimento, no seu último programa «MAUNALIN». A UDT vai remeter os elementos pedidos; porém, faz saber que apenas se limita a constatar e divulgar, não lhe competindo fazer queixas de ninguém.

— Na semana que findou, Delegações da UDT chefiadas pelo nosso Presidente, Francisco Lopes da Cruz, deslocaram-se a Lacló e Liquiçá. A audição foi boa nessas duas localidades e, mais uma vez, o povo inteirou-se da política do nosso partido, uma política de verdade, sem rodeios ou promessas do género «caça cartões», utilizada por alguns. Para as populações de Lacló e Liquiçá vai um nosso sincero obrigado pela atenção dispensada.

— Aos Jovens Timorenses signatários da carta de 3-4-75, com pedido de divulgação no Programa Maunalin de 10 do corrente, pedimos o favor de entrar em contacto imediato com o nosso Presidente, Sr. Francisco Lopes da Cruz. Será guardado máximo sigilo do que for tratado. Obrigado!

— Chegou à Díli o Sr. Embaixador de Portugal na Austrália. Ao Ilustre Diplomata apresentamos os melhores votos de boas-vindas a Timor-Díli, de todos os filiados e simpatizantes da UDT.

— A UDT foi recebida pelo Cônsul da Indonésia, Sr. Tomodok.

— A UDT, apresentou condolências no Consulado da China Nacionalista pela morte do Generalíssimo Chiang Kai-Shek.

Díli, 8 de Abril de 1975. — Pelo Comité Central, Francisco Lopes da Cruz, Presidente.

1. O Comité Central da UDT considerado a ausência para o estrangeiro dos Presidentes Sr. Francisco Xavier Lopes da Cruz e Vice-Presidente Sr. Augusto César da Costa Mouzinho, julgou oportuno, delegar as suas funções, respectivamente:

- António de Sousa do Nascimento, Presidente;
- Cândia dos Reis Noronha, vice-presidente.

2. Seguindo o mesmo critério, delega ao Sr. Fernando Barreto da Luz, as funções de Secretário-Geral do Partido, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, por motivo de doença.

Díli, 11 de Abril de 1975. — Pelo Presidente, Domingos de Oliveira.

GABINETE DE ASSUNTOS POLÍTICOS COMUNICADO

O Gabinete de Assuntos Políticos informa que vai ser difundido após os noticiários dos dias 11, 16, 23 e 24 de Abril, pela Comissão Eleitoral de Timor, num aviso sobre as listas admitidas definitivamente para as eleições para a Assembleia Constituinte, que se realizam em 25 de Abril de 1975.

Mais uma vez lembra que, por não ter sido presente a S. Ex.^a o Governador qualquer candidatura a deputado pe-

lo Círculo Eleitoral de Timor, não haverá eleições por este Círculo para a Assembleia Constituinte.

Ressalva-se o caso dos militares e seus familiares censurados, que votarão nas listas dos Círculos Eleitorais das terras da sua naturalidade.

Díli, 10 de Abril de 1975. — O Chefe do Gabinete de Assuntos Políticos, Silvério Henrique da Costa Jónatas, major.

VICE-PRESIDENTE DA FRETELIN IMPEDIDO SAIR DE TIMOR

Estranho procedimento de uma funcionária dos TAT impediu que Nicolau dos Reis Lobato, vice-presidente do Comité Central da FRETELIN — Frente Revolucionária do Timor Leste Independente, deixasse Baucau com destino à Austrália, donde partiria para uma importante via-

gem a várias capitais africanas, onde teria contactos com proeminentes figuras da descolonização, nomeadamente Samora Machel e o ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia.

De facto quando se encontrava no aeroporto de Baucau para tomar o avião que seguiria para a Austrália, onde de Perth Nicolau Lobato seguiria para Lourenço Marques, uma funcionária dos TAT impediu-o de embarcar, alegando que o vice-presidente da FRETELIN não tinha visto de entrada na Austrália.

O facto é tanto mais estranho já que qualquer pessoa pode permanecer sem visto num país por 72 horas, desde que seja em trânsito, o que era o caso.

Mais estranha é ainda a atitude daquela funcionária dos TAT, já que deixou em-

barcar um técnico de petróleos do Governo, que não tinha visto e não ia em trânsito pela Austrália — vai permanecer em Perth vários dias.

Como é de calcular o facto causou grandes transtornos, uma vez que já estava marcada para esse mesmo dia uma conferência de Imprensa com jornalistas australianos em Perth, bem como outros encontros em África. A FRETELIN teve que enviar vários telegramas a anular outros tantos compromissos.

Segundo círculos bem informados ligados aquela formação política a FRETELIN

pediu que se fizesse um rigoroso inquérito aos factos que determinaram tal atitude.

Ramos Horta, o «homem duro» da FRETELIN declarou a «A Voz de Timor» que além do processo disciplinar que exigem contra a referida funcionária, «na altura própria ajustaremos as contas com todos aqueles que procuram entravar o nosso trabalho?...».

A VERSÃO DE DARWIN

Entretanto, o Cônsul Deolindo Encarnação enviou já um telegrama a confirmar que o vice-presidente Nicolau Lobato pode embarcar

sem qualquer visto, desde que seja em trânsito!

É do seguinte teor o texto:

Telegrama de Darwin, do sr. Deolindo. Cônsul de Portugal em Sydney para o secretário Geral do Comité Político:

Lobato pode vir próxima viagem contanto tenha viagem Darwin-Perth assegurada mesmo dia podendo permanecer Perth 72 horas trânsito com passagem assegurada exterior segundo informação colhida imigração Darwin. Cumprimentos.

Cristóvão Santos

UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE

É um movimento da vanguarda cujo objectivo
é a luta pela Independência de Timor-Díli

— disse o Presidente Francisco Lopes da Cruz ao ser entrevistado para o Jornal «A Voz de Timor»

No intuito de aclararmos o público de certas posições um tanto ou quanto enevoadas por boatos tendenciosamente especulativos que certos sectores da opinião pública têm admitido quanto a possíveis desinteligências no seio da União Democrática Timorense que culminaram com o afastamento do seu Secretário-Geral, embora temporariamente, «A Voz de

Timor» entrou em contacto com os responsáveis Francisco Lopes da Cruz e Domingos de Oliveira respectivamente Presidente e Secretário-Geral da União Democrática Timorense.

Amavelmente colocaram-se à disposição do repórter que começou por abordar o sr. Lopes da Cruz:

P — Sr. Lopes da Cruz, poder-nos-á dizer porque é que o Comité Central da U.D.T., decidiu substituir o sr. Secretário-Geral, Domingos de Oliveira?

R — Bem, o sr. Domingos de Oliveira continua a ser o nosso Secretário-Geral. Encontra-se temporariamente impossibilitado de tomar parte activa nos assuntos do Partido por indicação médica. Salienta-se, todavia, que o sr. Domingos de Oliveira foi eleito democraticamente Secretário-Geral da UDT em Assembleia Geral dos Delegados do Partido, e, como tal, só essa mesma Assembleia o poderia destituir. Frizemos ainda que, embora doente, tem o nosso Secretário-Geral colaborado activamente com o Partido, pondo em

risco a sua própria saúde, facto que, para nós, é altamente relevante, pois tem o nosso partido na sua lma.

P — Essa decisão não teria sido uma medida unilateral do Comité Central sem o apoio dos delegados?

R — Lamentamos que existam pessoas que tenham em tão baixa conta a democraticidade dos membros que constituem o Comité Central da UDT, a ponto de admitirem uma prepotência de tal ordem. Não estará esta pergunta enquadrada na campanha sediciosa que, sub-repticiamente, vem sendo feita a UDT com o fim de a desprestigiar? Aliás, a alição dessa nossa dúvida, lembrarmos uma interessante entrevista publicada no jornal «A CAPITAL» em que a UDT foi altamente lisonjeada.

P — Na opinião pública consta que a ala direita da UDT tem grande força. O que nos poderá dizer sobre isso?

R — Em homenagem à verdade, devo dizer que a UDT não tem centros, direitas ou esquerdas.

A UDT é um movimento de vanguarda cujo objectivo único e de sempre é a luta pela independência de Timor-Díli, mas não uma independência caótica e apressada. Se com aquilo a que chama ala direita pretende significar que a UDT não é comunista, então sim. Poder-se-á dizer que a UDT é do centro ou da direita, mas só nessas condições. No entanto, gostaríamos de saber quem é esse público a que se refere. É que às vezes basta uma só pessoa ter certa ideia para que esta passe

a ser atribuída aquilo a que chamam «opinião pública». Por último, queremos salientar que estranhámos imenso a sua preocupação sobre uma hipotética existência de direita quando em nosso entender, dentro de um regime verdadeiramente democrático há lugar para todas as tendências.

P — Consta que nesta saída para o exterior do Presidente e do Vice-Presidente da UDT, estão incluídas visitas à República da China Nacionalista. O que nos pode dizer quanto a isso?

R — Sobre esse assunto, quero dizer que, de facto, a nossa delegação pretende estabelecer contactos com

(Continua na pág. 7)



INTERVENÇÃO

TIMOR EM TODOS OS SEUS QUADRANTES

DOS NOSSOS CORRESPONDENTES... DOS NOSSOS CORRESPONDENTES... DOS NOSSOS CORRESPONDENTES

QUEREMOS MELHOR PARA SERVIR O POVO

UM ARTIGO DE BORJA DA COSTA

UMA OPINIÃO INSUSPEITADA

UM ARTIGO DE BUCAR CARMO

Dizemos nos números anteriores que um dos nossos princípios ou melhor, o jornal A Voz de Timor é um jornal orientado para servir os interesses da maioria ou Povo.

Acontece porém, e isto é uma realidade muito conflagradora para todos nós, que o Povo Timor é na sua maioria analfabeto. Quem servirá então o jornal?

Aqui todos podemos ver que enquanto desejar ou querer é uma coisa, a concretização, a materialização desse desejo é outra coisa.

Servir o Povo! Mas quem serve o Povo? Quem serve quem?

Diz a sabedoria popular que quem quer, faz — quem não quer, manda. Daqui logicamente se pode pensar que se o Povo quer ser servido tem que ser ele mesmo a fazê-lo.

Neste caso particular do jornal passa-se o mesmo.

As boas intenções não bastam. Interessam sim os actos, as obras.

Como esperar então que uma Redacção «sózinha» possa servir os interesses da maioria?

Se o Povo quer ver no jornal aquilo que lhe interessa, tem que ser ele a pôr isso

mesmo no jornal.

Um facto, uma notícia que acontece em Suai passa muitas vezes despercebido em Same, Baucau, Lautém, Viqueque, etc. E muitas vezes estes factos podem interessar porque podem constituir experiência de que todos poderão aproveitar como lição.

É certo que não é o povo analfabeto que vai ler, muito menos escrever. Correcto. Mas o Povo tem filhos que podem fazer isso, inclusivamente alfabetizá-lo. E esta responsabilidade deve ser de todos. Velhos, crianças, jovens e adultos têm que saber ler, porque é nos livros que se encontram ensinamentos, sabedoria e conquistas científicas e culturais dos antepassados. Um povo inculto é um povo dominado pelas superstições e sujeito à exploração e prepotência dos oportunistas. Daí que toda a iniciativa de «alfabetizar» não deve ser só olhada com bons olhos mas constituir obrigação de todos os filhos do Povo, de todos aqueles que se identificam com o Povo.

Vêm estas considerações a propósito do jornal «A Voz de Timor» ser melhor, dirigir-se aos interesses da

maioria.

Mas, dirão — «não somos jornalistas, não temos jeito para escrever ou não sabemos o português».

Certo. Nem todos servem para «jornalistas». Mas uma coisa é certa. Todos podem dizer que se passou este facto, a matéria que vai constituir «informação» ou mesmo «formação» ou «educação» no jornal. Para o arranjo jornalístico está a Redacção.

Daqui fazemos um apelo, para que o jornal «A Voz de Timor» possa vir a ser verdadeiramente a voz do povo de Timor, que todos, timoreses e aqueles que se identificam com este povo, mandem notícias ou outros factos que julguem de interesse para a evolução do nosso povo, para a luta do povo contra aqueles que não desejam ou não querem que o nosso povo evolua. Poucas linhas bastam, mesmo que sejam em tetum ou nos dialectos mais falados. A Redacção encarregar-se-á do «arranjo» para o jornal.

Quem quer, faz — quem não quer, manda.

Queremos melhor — O Povo quer melhor — Fazemos todos a nossa obrigação.

Começa a desenhar-se a evidência das realidades de Timor.

Na verdade, depois de um começo político não desenvolvido, complexo, multifacetado e cheio de concepções enigmáticas e pessimistas, sobrepostas em cadeia num envolvimento tumultuoso a Timor-Leste; depois de influências cépticas e de uma negação parcial às possibilidades de um Povo escolher livremente o seu destino, — provocada e difundida por certas camadas influentes, através de mentiras que resultaram ideias, falsas com efeito, mas que ficaram a perdurar no espírito de muita gente, — eis que tudo se modifica!

Agora, frente à verdade está a ser demonstrada pelo Governo de Lemos Pires, e à certeza que se arriga por um labor que está à vista de toda a gente, começa-se a notar o firme esboço duma evidência:

— Liberdade e Responsabilidade no Trabalho para o bem do Povo de Timor.

O Governo trabalha intensamente, progressivamente e está a alargar cada vez mais a política de boa vizinhança com os países limítrofes.

Internamente organizam-se comissões para estudos nos diversos sectores. Debatem-se soluções importantes relativas à descolonização e arranjam-se novas formas de administração. Os contactos com os partidos Políticos são constantes. Estes por sua vez fazem rumo ao estrangeiro onde os seus «líderes», certamente irão travar conversações de alto nível que visam sobretudo os interesses de Timor.

Por outro lado, o Povo parece despertar com novo sangue e já se apercebe que tem de cooperar com o Governo e os Partidos Políticos. É um axioma aliciante.

Por isso, empenha-se em andar decididamente para o caminho certo; procura demonstrar sem sofismas de meias palavras a sua identidade com as realidades básicas a fim de defender e servir a luta pelo progresso, pois tem consciência que é árdua a tarefa.

Custa é certo que a verdade venha à superfície e que a opinião do povo se esclareça do esforço com que se deve defender os direitos da autodeterminação espiritual

e a virtude científica de materializar uma história, embora ainda em brumas coladas.

Hoje, em Portugal e Timor. Amanhã na Austrália ou na Indonésia ou ainda na China o que é verdade é que a vontade do Povo de Timor, vai ganhando a credibilidade de meio mundo e está a emergir paulatinamente, por entre os escombros sombrios do passado.

Porém há uma certa camada fixa da sociedade felizmente reduzida ao burgo de Díli, pouco mais, com evidência nas realidades da vida timor, que sendo o fulcro, o exemplo, a partir do qual se desenvolve a embriologia da matemática construtiva; o cerne onde confinam todas as capacidades de feição responsável pelo progresso de Timor — tem medo de enfrentar as realidades e parece querer manter o «Status Quo», ignorar com descaro, a multiplicidade de uma vida que tem de partir na base do desenvolvimento, do sacrifício de cultivo e do esforço pelo fomento.

A verdade das coisas tem que se impôr. E já não é sem tempo.

REGIONALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

UM ARTIGO DE ALBERTO MARTINHO

Ninguém melhor de que os habitantes de uma região conhecem os seus problemas. Até às vezes a processologia da sua resolução é equacionada de melhor forma pelos habitantes duma zona de que por alguns técnicos contratados para o efeito.

Há necessidades sentidas e outras objectivas.

Os técnicos apreendem e tentam concentrar-se sobre as objectivas. Por vezes, no entanto, é mais fácil e mais rentável socialmente, embora mais moroso começar-se pelo estudo e concretização das necessidades sentidas e, só depois, passar-se às objectivas.

Com o 25 de Abril procu-

rou-se encetar uma política de verdade e, ao mesmo tempo, com um grau elevado de operacionalidade. Pois bem, é provável que surta maior efeito para o povo, começar-se o processo de desenvolvimento pelas necessidades sentidas.

É de grande alcance para o povo de Timor a reforma administrativa

Na ditadura fascista que tão duramente suportámos, pela necessidade de ostentação política, dava-se prioridade às necessidades objectivas, mas tendo em vista a satisfação de minorias, des-

prezando a maioria dum povo oprimido e silenciado.

Já Servan-Schreiber na Alsácia-Lorena, querendo mostrar que a sua região devia ficar mais autónoma, substituiu certo dia a bandeira francesa, pela da Lorena causando um certo escândalo, no meio Francês.

No que respeita a Timor, sabemos que as leis, e os planos eram concebidas em Lisboa, desfasados da realidade. Também a administração local estava centralizada em

Díli. Pelo recente Despacho n.º 27/75 foi nomeado uma comissão Técnica, para, em estreita ligação com o Gabinete de Assuntos Políticos, analisar, a segunda fase dos trabalhos para a reforma administrativa local e preparar a legislação adequada.

Grande amplitude de assuntos terá esta Comissão que estudar, a fim de se conseguir uma descentralização e uma regionalização da administração. Desde a organização de um quadro técnico que estude e dê pareceres às questões deliberadas pelos órgãos de decisão locais, passando pela reestruturação das administrações, até a elaboração de sistemas eleitorais a adoptar e de regulamentos internos do re-

gimento municipal, eis os vastos campos de trabalhos a empreender.

Tais tarefas realizadas por este campo de trabalho serão presentes à Comissão de Descolonização, para nova análise e reformulação, se for necessário.

É de grande alcance para Timor a reforma administrativa, pois o povo terá oportunamente de ser mais ouvido e dos seus representantes directos salvaguardarem os interesses colectivos.

Cada vez mais a decisão dependerá cada vez menos de órgãos e pessoas singulares, mal informadas ou até desconhecedoras da problemática de Timor.

O povo e os seus legítimos representantes passarão a estar menos colonizados.

Cada pessoa humana terá um papel fundamental dentro da sua comunidade.

As massas trabalhadoras constituídas por homens e mulheres, pela força do seu voto serão responsáveis pela condução de si próprias. A comunidade tomar-se-á mais viva e dinâmica porque é de todos e de cada um.

É mais um passo para a efectivação do programa de descolonização que o MFA se comprometeu a levar a cabo. No fundo será a libertação do homem e a sua redignificação.

Esta comissão constituída por elementos das Forças Armadas, por especialistas ligados aos problemas administrativos e por delegados dos partidos políticos contribuirá por certo para que cada Timor, em cada manhã, participe do nascer do sol, de maneira diferente.

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, CÂMARA DOS DEPUTADOS OU ASSEMBLEIA NACIONAL



QUAL A DIFERENÇA?

Porque sei, através de várias perguntas que me têm sido feitas, principalmente na província mas também em Lisboa, em sessão de esclarecimento em que tenho tomado parte, que há quem não sabia exactamente qual a diferença entre a Assembleia Constituinte que vai ser eleita no dia 25 do corrente, e uma normal Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados ou Assembleia Nacional, conforme se lhe queira chamar, pareceu-me útil desfazer equívocos.

Se o que vou escrever não tem interesse para aqueles para quem o direito político não é segredo, para muitos interessa que sejam esclarecidos. A Assembleia Constituinte a eleger no dia 25 de Abril tem uma única missão a cumprir e, finda ela, termina a sua razão de ser, a sua vida.

Ela destina-se a elaborar, discutir e votar a Constituição Política da República Portuguesa, que é a lei fundamental, a lei suprema que definirá e estabelecerá não só os direitos, liberdades, garantias e deveres dos cidadãos, como a organização sócio-económica da Nação, estruturará os órgãos de soberania, estatuidando quais eles serão, criando, definindo e dando as linhas mestras do número, composição, forma de designação e competência de cada um desses órgãos.

Terá de definir a orgânica do Estado, optando por uma República Presidencialista (na qual os poderes mais latos se concentram no Presidente da República; parlamentar na qual os poderes mais latos se fixam na Assembleia Legislativa) ou num Estado aberto ao socialismo, pluralista como o definiu o programa do Movimento das Forças Armadas, e no qual o poder democrático reside essencialmente nas classes trabalhadoras, no Povo de Portugal.

Terá de girar o esquema económico do país, de forma a garantir a irreversibilidade dos progressos já atingidos através das nacionalizações já efectuadas e abrindo as possibilidades para todas as socializações indispensáveis ao desenvolvimento do processo revolucionário já em curso.

Terá ainda que definir os poderes de gestão das classes trabalhadoras, quer através dos sindicatos quer das Comissões de Trabalhadores. Terá de definir e garantir a forma de coexistência entre uma Assembleia Legislativa e o Governo, em ordem a garantir a estabilidade Governamental sem impedir a fiscalização dos actos do governo.

Terá de estabelecer as linhas de orientação para a possível criação de um Con-

selho de Plano Económico ou de desenvolvimento que tenha a seu cargo o estudo sistemático de planos periódicos sobre todos os domínios da economia, da educação, da saúde, da indústria, da agricultura, do urbanismo, da habitação, da defesa, do ambiente, do turismo, de tudo quanto respeita à riqueza nacional e à forma de satisfazer as necessidades gerais e regionais, em todos os domínios.

Terá de inscrever disposições de defesa das liberdades públicas, de pluralismo político e das garantias constitucionais, para salvaguarda da democracia e do progresso social e económico possibilitando a construção de uma sociedade nova.

Terá de determinar a forma porque se há-de manter a aliança e a cooperação entre o Movimento das Forças Armadas e as classes trabalhadoras, mantendo, por direito constitucional, a participação permanente e democrática do MFA na vida política e económica de Portugal.

Terá de inserir disposições concretas sobre as instituições locais administrativas, de capital importância na aprendizagem e prática, da democracia política e da gestão dos negócios públicos.

Terá, igualmente, de definir a organização e funcionamento, recrutamento e actuação do poder judicial, isto é dos Tribunais, garantia da defesa dos direitos e das liberdades, burocratizando-os, fazendo participar as classes trabalhadoras, o Povo, na Administração da justiça.

Estes os pontos capitais que a Constituição a elaborar, discutir e votar pela Assembleia Constituinte, terá de encarar profundamente e de forma a corresponder inteiramente aos anseios do povo português, de forma a tornar mais desbravado e fácil o caminho para a construção da sociedade socialista, que está na esperança de todos os portugueses.

Esta é a tarefa única da Assembleia Constituinte e ela é que terá de definir e estruturar a futura Assembleia Legislativa, que virá a ter o papel que a constituição lhe definir e marcar.

Não se pense, pois, que a Constituinte pode ter mais qualquer acção para além da afixação da constituição. Ela não terá poderes para fazer nenhuma outra lei.

Ela não poderá abrir debates de crítica à acção do Governo, nem afixar moções de censura ou de confiança ao Governo. Não terá poderes de fiscalização sobre o Governo, não poderá ter

qualquer outra iniciativa legislativa.

É certo que, na Constituição que elabora poderá estabelecer que a Assembleia Constituinte se transforme, e sobreviva, pelo tempo que completasse o mandato que vier a estabelecer para o futuro, em Assembleia Legislativa, e isto

porque tendo poderes constituintes, até isso poderia estabelecer na Constituição.

Mas por mim, e creio que como eu pensarão todos os democratas e socialistas, essa seria uma prática condenável, e, até, digamos abusiva e de pendor ditatorial.

Por mim, se for eleito deputado à Constituinte, e se tal ideia ali fosse apresentada, combatê-la-ia tenazmente, pois entendo que, aprovado a Constituição, a Assembleia termina a sua missão e deverá ser eleita para que as classes trabalhadoras definam bem claramente a sua

vontade, uma Assembleia Legislativa, de acordo com a Nova Constituição, precisamente para se mostrar bem que o passado morreu e se entra na vida de uma sociedade nova.

José M. Godinho

(In República)

TEXTO DEFINITIVO DO PACTO PROPOSTO PELO M.F.A.

(Continuação da pág. 9)

c) Apreciar e sancionar os diplomas legislativos emanados da Assembleia ou do Governo quando respeitarem às matérias seguintes: apreciar a sua inconstitucionalidade formal.

1 — Linhas gerais da política económica, social e financeira.

2 — Relações externas, em especial com os novos países de expressão portuguesa e com os territórios ultramarinos em que ainda se mantenham a administração portuguesa.

3 — Exercício de liberdades e direitos fundamentais.

4 — Organização da defesa nacional e definição dos deveres desta decorrentes.

5 — Regulamentação de actividade política, em especial, a relativa a actos electorais.

d) Exercer a competência legislativa sobre matérias de interesse nacional de resolução urgente, quando a Assembleia Legislativa ou o Governo o não puderem fazer.

e) Vigiar pelo cumprimento das leis ordinárias e apreciar os actos do Governo ou da administração.

f) Propôr à Assembleia Legislativa alterações à Constituição em vigor.

g) Exercer a competência legislativa em matéria militar, devendo os respectivos diplomas se envolverem aumento de despesas não comportáveis com o orçamento aprovado, serem referendados pelo Primeiro Ministro.

h) Autorizar o Presidente da República sobre a escolha do Primeiro Ministro e dos ministros que devam ser da confiança do MFA.

i) Pronunciar-se junto do Presidente da República sobre a escolha do Primeiro Ministro e dos ministros que devam ser da confiança do MFA.

j) Deliberar sobre a resolução da Assembleia Legislativa quando o considero necessário à resolução de situação de impasse político.

k) Autorizar o Presidente da República a declarar o estado de sítio e pronunciar-se sobre todas as emergências graves para a vida da Nação.

l) Pronunciar-se sobre a impossibilidade física, temporária ou permanente do Presidente da República.

m) Em caso de morte ou impedimento do Presidente da República, quem desempenhará interinamente as suas funções.

3.3 — O Conselho da Revolução funcionará em regime de permanência, segundo regimento próprio que elaborará.

Durante todo o período de transição o poder militar manter-se-á independente do poder civil

4. Governo

4.1 — O Primeiro Ministro será escolhido pelo Presidente da República, ouvido o Conselho da Revolução e forças políticas e partidos que entender por convenientes.

4.2 — O Governo será escolhido pelo Primeiro Ministro, tendo em atenção a representatividade dos partidos na Assembleia Legislativa e as possíveis coligações, e empossado pelo Presidente da República.

4.3 — Nos casos de formação inicial ou de reconstituição ministerial que abranja pelo menos um terço dos ministros, o novo Governo deverá ser submetido a voto de confiança da Assembleia Legislativa na sua primeira sessão.

4.4 — O Primeiro Ministro é politicamente responsável perante o Presidente da República e perante a Assembleia Legislativa.

4.5 — A Assembleia Legislativa pode votar moções de desconfiança ao Governo. A aprovação de duas moções de desconfiança feitas com pelo menos trinta dias de intervalo, obrigará a recomposição ministerial.

4.6 — O Governo terá competência para legislar por decretos-leis sobre matérias não reservadas ao Conselho da Revolução ou à Assembleia Legislativa. Poderá ainda apresentar

por sua iniciativa propostas de Lei à Assembleia Legislativa.

4.7 — Serão obrigatoriamente de confiança do MFA os ministros da Defesa, Administração Interna e Planeamento Económico, pelo que a sua nomeação não deverá ser feita antes de ouvido o Conselho da Revolução.

5. Assembleia Legislativa.

5.1 — A Assembleia Legislativa será eleita por su-

240 representantes das Forças Armadas, sendo 120 do Exército, 60 da Armada e 60 da Força Aérea, sendo a sua composição determinada por Lei do Conselho da Revolução.

6.2 — A Assembleia do MFA, da qual faz parte integrante o Conselho da Revolução, será presidida por este, através do seu próprio presidente ou de quem as suas vezes fizer.

6.3 — A Assembleia do MFA faz parte, com a totalidade dos seus membros, do Colégio Eleitoral para a eleição do Presidente da República.

6.4 — A Assembleia do MFA funcionará em regime de permanência e segundo regulamentação própria, que será da competência legislativa do Conselho da Revolução.

E. DISPOSIÇÕES DIVERSAS

1. Constituição, vigência e revisão.

1.1 — A futura Constituição a elaborar pela Assembleia Constituinte terá um período de vigência igual ao do período de Transição, que deverá ser fixado entre três e cinco anos.

1.2 — No fim do Período de Transição a Assembleia Legislativa será dissolvida e eleita nova Assembleia que iniciará o seu mandato com poderes constituintes, procedendo então à revisão da Constituição. Só quando esta Constituição revista entrar em vigor, se considerará terminado o Período de Transição.

2. Pontos programáticos a incluir na Constituição além das disposições que constituem a base deste acordo, a Constituição deverá consagrar os princípios do Movimento das Forças Armadas, as conquistas legitimamente obtidas ao longo do processo, bem como os desenvolvimentos ao Programa impostos pela dinâmica revolucionária que, aberta e irreversivelmente empenhou o País na via original para um socialismo português.

(Continua na pág. 8)

P U B L I C I D A D E

MUSEU DE DÍLI

(EM ORGANIZAÇÃO)

O Grupo de Trabalho do Museu e Biblioteca agradece todo e qualquer oferta de:

— Armas antigas dos Exércitos Português e Japonês, peças de armas ou outro material bélico, munições antigas, armas nativas (espadas, catanas, punhais, lanças, arcos e flechas, facas, estôques, etc.)

— Conchas, corais, fósseis marinhos, alfarjes de pesca (redes, cestos pequenos «beiros», espingardas, óculos, arpões, etc.)

— Peças de artesanato, estatuetas ou outros trabalhos em madeira, em chifre, em tartaruga, em latão ou em prata. Trabalho de cestaria diversa incluindo exemplares de embalagens para alimentos, esteiras, trabalhos em rota. Joias (pulseiras, colares, «caibau» luas e melas luas,

etc.). Instrumentos musicais, «ti-oans», arreios, selas, panos de Timor, vestuário, miniaturas (de beiros, de «casas de Tutuala» etc., etc.).

— Teares, ferros de lavar, instrumentos de ourives, de ferreiro ou de fundidor, máquinas agrícolas ou equipamentos obsoletos de qualquer espécie.

— Objectos de cerâmica (de fabrico artesanal, porcelanas inglesas e holandesas etc.) etc..

— Bandeiras antigas, moedas, selos, fósseis, amostras minerais, animais embalsamados ou em frascos, plantas conservadas.

— Etc., etc., etc.

Contribua definitivamente para o enriquecimento do património cultural de Timor! Ofereça-os ou envie-os ao Gabinete de Comunicação Social (Grupo de Trabalho do Museu e Biblioteca) — Díli.

CONSULADO DA REPÚBLICA DA CHINA

PARTICIPAÇÃO

O Consulado da República da China, em Díli, vem por este meio participar a todos os amigos o falecimento do Generalíssimo Chiang Kai-Shek, Presidente da República da China.

Outrossim participa que S. Ex.ª o Cônsul da República da China, em Díli, receberá no Consulado das

8 às 12 horas dos dias 10, 11 e 12 do corrente todos aqueles que lhe desejam apresentar as suas sentidas condolências pela perda de um tão grande estadista.

Para o efeito o Consulado está preparado com uma lembrança um Protocolo destinado a recolher as assinaturas das entidades que forem presentes.

CÂMARA MUNICIPAL DE DÍLI

AVISO

Torna-se público que desde segunda-feira dia 24 de Março, a zona de Taibesse passou a ser incluída no roteiro da viatura encarregada da recolha do lixo pelo que se agradece aos senhores munícipes residentes nessa zona da cidade que tenham os respectivos recipientes colocados à entrada das habitações, a partir das 14H00, afim de que o mesmo possa ser recolhido.

Esperando dos munícipes a necessária colaboração, a bem da saúde pública, a Câmara Municipal de Díli aproveita o ensejo para mais uma vez fazer saber que:

1. — O lixo doméstico, excluindo portanto o produ-

to da limpeza de quintais, pedras, entulhos, barro, lama ou resíduos de fábricas ou oficinas (artigo 163.º do CP), devem ser colocados em recipiente próprio e à entrada das habitações, estabelecimentos ou escritórios, para ser recolhido pela viatura de serviço.

2. — Todo o lixo que não seja doméstico deve ser recolhido pelo proprietário ou inquilino do prédio, por sua conta, e vasado na lixeira municipal em Benamauc, à distância de cerca de 250 metros da estrada Díli-Matuto.

3. — O procedimento em contrário será passível de multa cominada no artigo 169.º do Código de Posturas em vigor, publicado no Suplemento ao Boletim Oficial n.º 21/61.

Díli, aos 24 de Março de 1975. — O Presidente da Câmara, Augusto da Costa Mousinho.

NOVO HORÁRIO DE TRABALHO PARA OS ESTABELECIMENTOS

Com o fim de melhor servir a população, foi alterado o horário de trabalho em vigor nos estabelecimentos, por despacho de 3 de Abril do corrente.

O horário de traba-

lho em vigor a partir de 15 de Abril, passará a ser o seguinte:

De 2.ª a 6.ª feira — Das 8 às 12 e das 15 às 19;

Aos sábados — Das 8 às 13.

O mesmo despacho prevê ainda a abertura dos estabelecimentos aos sábados à tarde desde que este período seja compensado pelo encerramento da mesma nas tardes de outros dias.

NOVO HORÁRIO DE TRABALHO NA REPARTIÇÃO DE GABINETE

— Depois de ouvidos os trabalhadores da Repartição de Gabinete, o Governador de Timor por seu despacho determinou que a partir da próxima segunda-feira, o horário de trabalho daquela repartição, passe

a ser o seguinte:

De 2.ª a 6.ª Feira — Das 8 às 12 e das 15 às 17,30.

Sábados — Das 8 às 12. Entretanto os milita-

res, igualmente a partir de 2.ª feira, vão ter o seguinte horário:

De 2.ª a 6.ª feira — Das 7 às 12 e das 15 às 17.

Sábados — Das 7 às 11.

J. ESTORNINHO

— LOSPALOS —

VENDE:

MADEIRAS

- Toros
- Tábuas
- Vigas
- Barrotes

CONTACTE:

TELEFONE — 2037

DÍLI

DIRECÇÃO-GERAL DA INFORMAÇÃO

DECLARAÇÃO

A Direcção-Geral da Informação declara para os devidos efeitos que o Sr. Francisco Borja da Costa jornalista, efectuou visitas de estudo e teve contactos com as seguintes entidades:

- Serviços do Ministério da Comunicação Social
- Diário de Notícias
- Século Ilustrado
- ANI

— Emissora Nacional

Mais se declara que acompanhou repórteres do Diário de Notícias em algumas saídas.

Lisboa, 4 de Abril de 1975.

— O Director-Geral, da Informação, Rui Carlos Freire Montez Cap. Frag.

VOLKSWAGEN

Por motivo de retirada

Completamente recondicionado

Ver e tratar R. dr. António

Carvalho, 27-E depois 17 horas

GARETH CLAYTON, DEPUTADO AUSTRALIANO

"APERCEBEMO-NOS DE QUE O BISPO DE DÍLI NÃO ESTÁ MUITO SATISFEITO COM A PRESENTE ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO NEM COM A MANEIRA COMO SE ESTÁ A DESENVOLVER O PROCESSO POLÍTICO"

«No nosso encontro com Bispo de Díli ele foi muito reservado em emitir uma opinião sobre os diversos partidos políticos de Timor. Compreendemos a sua atitude. No entanto ficamos a saber que a Igreja em Timor está preparada para o prosseguir a sua missão qual quer que seja o futuro de Timor — ou integração na Indonésia ou independência. Não fará qualquer diferença

para a Igreja. No entanto ele disse que tinha uma opinião pessoal sobre a situação mas não a quis expressar. Aparentemente de que o Bispo não está muito satisfeito com a presente administração do território nem com a maneira como se está a desenvolver o processo político. Devo dizer que ele não disse isto abertamente.

Aliás esta posição não é

de admirar pois é muito típica da atitude que a igreja católica costuma ter em muitos sítios do mundo, que é apoiar os elementos mais conservadores dos sistemas políticos» — disse o deputado do Parlamento da Austrália, Garth Clayton, ao ser ouvido em entrevista para o nosso jornal.

Garth Clayton faz parte de um grupo de parlamenta-

res e senadores australianos que visitaram Timor de 17 a 21 de Março, a fim de se inteirarem da actual situação neste território ainda sob a administração portuguesa.

A delegação, que faz parte da comissão de negócios estrangeiros e de defesa do parlamento australiano, durante a sua permanência em Timor, teve oportunidade de contactar, primeiro o Encarregado do Governo, major Adelino Coelho, e mais tarde, após a sua chegada, o Governador Lemos Pires, e tiveram ainda encontros com o chefe do Gabinete de Assuntos Políticos, major Costa Jónatas; o adjunto do Gabinete de Planeamento Económico e Estatística, major Lemos Caldas, e o chefe dos Serviços de Economia, major Manuel Rios; representantes dos Comités Centrais dos três partidos políticos — APODETI, FRETILIN UDT; o Grupo Coordenador para a Reforma do Ensino em Timor; a Comissão Coordenadora do MFA em Timor e o Comandante Militar de Timor.

A importante delegação que era constituída por Gordon McIntosh, Arthur Gietzelt, Ken Fry, Gareth Clayton, Richie Gren e John Kerin foi obsequiada por um jantar na residência do Governo, oferecido pelo Governador e Senhora de Lemos Pires.

Na manhã seguinte, dia 19, os componentes daquela delegação deslocaram-se a Fatu-Naba, onde depuseram uma coroa de flores no «memorial», homenagem dos australianos a todos quantos lutaram a seu lado em Timor contra os japoneses.

De salientar que um dos componentes desta delegação, o deputado John Kerin, é o político que neste momento está em grande evidência e que os observadores admitem como possível sucessor de Whitlam, como «leader» do Partido Trabalhista.

Foi com John Kerin, que na véspera da partida para a Austrália da delegação que, durante mais tempo, tivemos uma troca de impressões.

A opinião geral sobre a visita foi a de que tinha sido de «grande interesse pois só assim podemos ver realmente o que se está a passar.

E podemos dizer que não é como certa imprensa pre-

tende fazer crer», — disse o deputado John Kerin.

E acrescentou: «Existe realmente liberdade. Os partidos fazem livremente a sua propaganda, as pessoas escolhem livremente a qual dos partidos pretende pertencer. Os portugueses, por sua vez, estão realmente a fazer um magnífico trabalho de descolonização, como nunca poderíamos supor. É realmente um processo honesto, do mais honesto que existe.»

A uma pergunta do jornalista de qual seria o partido com maior representatividade, John Kerin afirmou que «pelo que podemos observar na nossa curta estadia; tanto em Díli como na montanha, nos locais que visitámos, parece haver um maior número de pessoas a apoiar a UDT e a FRETILIN, talvez com um maior ascendente para este último partido.»

Foi opinião de John Kerin, bem como dos restantes elementos a «urgente necessidade da reabertura de um consulado da Austrália em Díli.»

Também foi opinião geral que a Austrália poderia ter uma palavra a dizer na descolonização de Timor, desde que solicitada pelo governo português. Esse papel seria importante, especialmente, no apoio que a Austrália poderia dar em maquinaria ou em técnicos para fazer Ti-

mor sair deste regime de insuficiência e abastecer-se a si próprio. Aliás, um dos pontos que esta delegação iria fazer notar ao governo australiano seria o de uma ajuda concreta a Timor naquele aspecto.

Possivelmente um dos sectores com maior possibilidade de ajuda da Austrália será, cremos, a educação, dada a forma como os elementos desta delegação ficaram impressionados com a situação actual e o que se pretende fazer, o que lhes foi exposto de maneira simples e honesta pelos membros do Grupo Coordenador para a Reforma do Ensino em Timor.

O encontro com os elementos da Comissão Coordenadora do MFA em Timor impressionou vivamente os deputados e senadores australianos pois aí foi-lhes não só dado a conhecer o processo levado a cabo em Portugal, como também explicado o processo de descolonização em Timor. Arthur Gietzelt disse: «Pelo que nos apercebemos o MFA é qualquer coisa fantástica. Faz um golpe de estado sem sangue e tenta levar — e muitos já foram as conquistas — um país absolutamente destruído, fascista e colonialista, para um país verdadeiramente democrático.»

Cristóvão Santos

Homilia do Bispo do Porto

QUAL CRISTÃO QUE DISCORDA DO MANIFESTO COMUNISTA?

«Na ordem dos fins não é Marx que nos separa do mundo de hoje, embora o reino de Deus nunca seja deste mundo simplesmente. Na ordem dos meios, outras coisa seria de dizer-se: mas esse tudo não é para aqui. Não deixaremos no entanto de dizer que, se bem que Marx fosse um revolucionário — não de café! — e o combate fosse o seu elemento, como dele escreveu Engels, o que aliás pagou bem caro toda a vida, no entanto o seu entusiasmo pela luta de classes ficava bem longe do de certos cristãos pelo socialismo e dos que pregam a raiva e o paroxismo do escândalo como meio de renovação do Mundo (...).»

Estas as palavras de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, proferidas na Sé Catedral quando da homilia da Páscoa. Afirmou o prelado que, quando no dia 1 de Janeiro deste ano, aludiu «aos fermentos e factores virtuais de guerra civil, não para profetizar mas para condenar como inconsistentes ou pecaminosos esses factores ou fermentos», certamente que fora considerado como «visionário e terrorista». «Hoje — disse —, já essa linguagem deixou de ser estranha...»

Acentuou D. António Ferreira Gomes que «é hora já de despertarmos do sono em que nos podíamos deixar embalar. É hora de mostrarmos a nossa capacidade de

libertação, o nosso direito à liberdade. É hora de grandeza, de alma, de superação dos complexos de ressentimento e retaliação hora de generosidade e de perdão. É hora de encarar o futuro com esperança, mas de o construir com as mãos, com a inteligência e com o coração: um futuro de que o passado não seja mais que um material de construção, positivo tanto nas lições a aprender dos seus males como nos contributos válidos que ainda possa aportar.»

Sublinhou o prelado que «não há liberdade senão pela ressurreição de entre os mortos». Citou, a propósito, os nomes de Ghandi, Luther King, «Che» Guevara e Camilo Torres.

Disse ainda D. António Ferreira Gomes que «a esperança está no nosso povo, genuíno, consciente e contente de si, aproveitando das categorias sociais distintas aquilo que o bom senso lhe apresenta como válido. Em verdade, se pensarmos, por exemplo, nesta nossa cidade do Porto, é do seu povo simples e sem nome que nos vêm as maiores novidades e geralmente de sentido positivo, quando propriamente populares. Temos em primeiro lugar o espírito de associação e cooperação: comissões de rua e de bairro, federações incipientes, grupos culturais e recreativos, cooperativas, tertúlias, alfabetização, etc. Parece ter terminado o reinado único, passivo, despersonalizante e alienatório do futebol. Só

pelo futebol, além de pelo ridículo, éramos conhecidos no mundo... Em segundo lugar, e como generalização desta primeira tendência, as novas formas de estruturação da nossa sociedade. Fala-se, como base do trabalho e ao lado dos sindicatos em experiência controversa, de Comissões de Trabalhadores, em causas desinteressadas, de ensaios de autogestão. Dadas as circunstâncias presentes pode até dar-se como muito positivo o facto de que nem todos procurem levar as empresas à falência.»

Referindo-se a Marx (nome que todos os reaccionários do Mundo sempre temem) afirmou D. António Ferreira Gomes:

«Se o Manifesto Comunista dá como definição do ideal comunista uma sociedade onde o livre desabrochar de cada um é condição do livre desabrochar de todos, qual seria o cristão, fiel ao reino de Deus, que discorde desse ideal? Se em O Capital, Marx se propõe mostrar como o trabalho fabril coisifica, o homem, ou por outras palavras, opera uma inversão das relações entre o sujeito e o objecto, e põe como projecto ao socialismo reconverter essa inversão e fazer do homem sujeito da economia, qual é o católico, conhecedor da doutrina social, para quem este projecto esta própria linguagem sejam estranha?»

«in Diário de Lisboa».

UNIÃO NACIONAL DE AGENTE DO ENSINO PRIMÁRIO DE TIMOR (UNAETIM)

COMUNICADO

A União Nacional de Agentes do Ensino Primário de Timor (UNAETIM) consciente desde a primeira hora de que o Ensino em Timor nunca foi formulado de acordo com as realidades e as necessidades do Povo, considera que as disciplinas ministradas nas nossas escolas são inadequadas, por quanto, as escolas devem ser um dos centros principais de formação e educação dos homens para assumirem as responsabilidades da sua terra e satisfazerem as necessidades do Povo.

Formar o homem Timor para servir a sua terra e o seu Povo é Timorizar.

Orientado por este espírito e colaborando na timorização progressiva do ensino, uma proposta de cortes nas disciplinas de Ciências Geográficas-Naturais e História, que foi aprovada na sua totalidade, pelo Governo deste território.

Para melhor esclarecimento de todos os camaradas professores, serão enviadas oportunamente cópias da referida proposta para todas as escolas.

Educar para libertar é dever de todo o cidadão amante da sua terra.

Viva UNAETIM



NÃO PODERÍAMOS TER UMA CONSTITUIÇÃO

QUE NÃO FOSSE

DE CARACTER PROGRESSISTA

— afirmou o Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves a mais de duzentas jornalistas de todo o mundo.

Lisboa, 8 (ANI) — Mais de duzentos jornalistas, dez cinegrafistas e vinte radi- listas, de todos os órgãos de Informação do Mundo, assis- tiram hoje, no auditório da Fundação Calouste Gulben- kian, à conferência de Im- prensa do Primeiro Minis- tro português, brigadeiro Vasco Gonçalves.

O Primeiro-Ministro che- ga à Fundação às quinze horas em ponto e durante noventa minutos respondeu às questões postas pelos jornalistas.

A conferência aconteceu

meio relatório sumário da- quilo que se passou.

Temos por exemplo em nosso poder uma proclama- ção do ex-general Spínola que caracteriza bem como esse golpe tinha as suas liga- ções de classe bem explícitas e será oportunamente dada a público.

PARTIDOS POLITICOS

Quanto aos partidos polí- ticos o brigadeiro Vasco Gonçalves afirmou:

«No que respeita à pro- liferação dos partidos polí-

ção deve ser uma alavanca do progresso, uma alavanca que ajude a projectar para a frente as conquistas obti- das. Não poderíamos ter uma Constituição que não fosse uma Constituição de carácter progressista, que não inserisse as conquistas que já obtivemos em diver- sos campos tal como no campo político, como no sec- tor económico, nacionaliza- ções, etc. Portanto nós não poderíamos perder por via eleitoral o que tanto tem custado a ganhar ao Povo português».

E mais adiante:

do até agora ingerência ex- terna no nosso processo. Nem a nível diplomático nem nada. Tem havido ex- pressão de preocupações, propriamente interferências não tem havido».

DESCOLONIZAÇÃO

Um dos últimos pontos

baixo. Julgo que podemos dizer que duma maneira ge- ral temos tido êxito na des- colonização, uma obra im- par na História Mundial».

PROBLEMA ECONÓMICO

O problema económico foi o quarto ponto citado pe- lo brigadeiro Vasco Gonçal-

«Como disse, cumprimos os nossos tratados. Não de- sejamos e não permiteremos que as nossas bases sejam utilizadas contra os povos árabes».

Respondendo a uma per- gunta dos jornalistas sobre a posição de Portugal na NATO, o Primeiro-Ministro declarou:

Somos uma Geração de sacrifícios

Nós não poderíamos perder por via eleitoral o que tanto tem custado a ganhar ao povo português

devido à quantidade de per- guntas que foram enviadas, desde o início do ano à aces- soria de Imprensa do briga- deiro Vasco Gonçalves.

As perguntas foram agru- padas conforme o assunto: política interna, institucio- nalização do MFA, política externa, Portugal e a NA- TO, situação económica e inflação.

CONJUNTURA POLITICA ACTUAL

Entrando no primeiro ponto — actual conjuntura política — o Primeiro-Minis- tro afirmou: Já em 28 de Setembro tinha dito que aquele era o primeiro ataque frontal da reacção, mas não seria o último. Nós pensa- mos que este 11 de Março não foi o último. Claro que o ataque de 11 de Março trans- cende um golpe militar res- trito a certo número de ofi- ciais e insere-se num con- texto muito mais vasto. Pen- so que se terá tratado de um golpe da reacção, que estava ligado ao capital monopolis- ta nacional e provavelmente internacional. Estamos ac- tualmente a fazer o inquéri- to que, dado o volume de pessoas a ouvir, leva certo tempo a elaborar. Dentro de curto período fazendo o pri-

ticos ela era inevitável de- pois de quarenta e oito anos de fascismo e devemos cha- mar a atenção para o seguin- te: a princípio falava-se de setenta, oitenta partidos, mas isso hoje está muitís- simo mais reduzido. O nú- mero de partidos interessa- dos na campanha eleitoral é relativamente pequeno».

PLATAFORMA PROPOSTA PELO MFA AOS PARTIDOS POLITICOS

Referindo-se depois à pla- taforma proposta pelo MFA aos partidos, o brigadeiro Vasco Gonçalves afirmou:

«No que respeita à plata- forma ela corresponde a uma garantia da continui- dade do processo histórico em que estamos envolvidos».

Vão-se realizar eleições, vamos ter uma Assembleia Constituinte. Nós não pode- ríamos estar regidos pela Constituição de 1933, não obstante toda uma introdu- ção de medidas, por via de decretos e outras medidas legislativas que têm sido fei- tas no sentido de corrigir a legislação de 1933. Nós pre- cisamos, de facto, de uma Constituição e o nosso Povo deve pronunciar-se sobre ela.

Simplesmente a Constitui-

«Portanto, essa platafor- ma não deve ser interpreta- da como pressão do MFA sobre as forças políticas. Mas antes, ela traduz a aliança entre as Forças Ar- madas e as forças políticas portuguesas».

E depois:

«Duros dias se avizinham ao Povo português. Não há nenhum povo nalguma vez na História, que tenha con- seguido executar transfor- mações profundas de carác- ter económico e social sem sacrifícios. Somos uma ge- ração de sacrifícios. Não há nenhuma revolução em qualquer parte do mundo em qualquer época da His- tória que não tenha trazido grandes sacrifícios àqueles que se empenham nelas. É isso precisamente a nossa honra, a nossa justificação histórica para termos vivido como homens e não como moluscos, não termos vivido uma vida vegetativa mas na escala humana».

RELAÇÕES EXTERNAS

Sobre as relações exter- nas Vasco Gonçalves reco- nheceu que «a nossa revolu- ção causa preocupação a muita gente em Portugal e no estrangeiro. Não pode- mos dizer que tenhamos ti-

que Vasco Gonçalves abor- dou na sua conferência de Imprensa foi sobre a desco- lonização, afirmando que re- cebeu «críticas por fazê-la de uma maneira rápida. Eu penso que não. Nós temos ido à velocidade adequada. Quando elaboramos o Pro- grama do MFA não tínha- mos todos os dados sobre o futuro nem podíamos fazer um ensaio geral de uma re- volução, mas o nosso pro- grama é suficientemente amplo, progressista e flexí- vel e isso não significa andar rápido de cabeça para

ves.

Neste aspecto gostaria de dizer que as nacionalizações foram os primeiros passos e elas obrigam agora a uma série de outras medidas que em breve serão tomadas.

AS NOSSAS BASES NÃO SERÃO UTILIZADAS CONTRA OS ARABES

Referindo-se uma vez mais aos tratados firmados com outros países, o briga- deiro Vasco Gonçalves afir- mou:

«Isso para nós é assunto absolutamente secundário. Temos muito orgulho e muita honra pelo que temos feito. Não serão conceitos que estrangeiros possam fa- zer acerca da nossa posição na NATO que abanarão a nossa posição. Somos um membro da NATO, cumpri- mos os nossos deveres para com essa associação, temos a consciência tranquila e não seriam certas conside- rações que nos fariam esque- cer tudo aquilo que nós e o nosso Povo temos feito pela nossa Pátria.

A UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE

(Continuação da pág. 2)

o maior número possível de todos os países do Sudoeste Asiático, incluindo também, portanto, a China Naciona- lista.

A terminar o presidente Lopes da Cruz, disse:

Aproveito esta oportuni- dade que se me depara, para desejar a todos os ti- morenses de boa vontade e a todos quantos a esta terra chamam sua, a paz, a or- dem, a tranquilidade e o tra- balho, porque só assim cons- truiremos em bases firmes e sólidas a nossa futura na- ção, Timor-Dili.

Abordamos a seguir o Se- cretário-Geral Domingos de Oliveira, que nos forneceu o seguinte depoimento:

P — Como encara a sua saída de secretário-geral da UDT

R. — Esta pergunta não tem razão de ser, na medi- da em que o comunicado da União Democrática Timo- rense, a respeito da minha saúde foi bem claro. Mas, para se evitarem mais espe- culações de espíritos mes- quinhos eu quero afirmar solenemente que continuo a ser o Secretário-Geral da União Democrática Timo- rense, porque assim o que- rem os membros do Comité Central, do Secretariado e centenas de milhar de filia- dos e simpatizantes da União Democrática Timo- rense espalhados por este Timor-Dili fora. Continuo a sê-lo, porque assim o exige o meu amor a Timor-Dili neste momento de construção de infra-estruturas para a inde- pendência da nossa terra. Já que me deram esta opor- tunidade quero dirigir algu- mas palavras à UDT:

Caríssimos delegados e fi- liados da UDT, não acredi- tem em boatos a meu res- peito. A verdade é esta: a conselho médico eu devo descansar temporáriamen- te. Espero voltar a traba- lhar para o meu, o vosso e nosso partido, assim que me permitir a saúde. Eu devo dizer que desde Julho de 1974 que o meu médico as- sistente me aconselhou des- canso temporário. Mas, por- que já nesta altura a nossa terra estava a ser manipu- lada por certas pessoas, eu vi-me obrigado, como timo- rense amante da sua terra, a continuar na luta de um Partido Nacionalista que é a União Democrática Timo- rense. Eu tenho dado toda a minha boa vontade para que Timor seja realmente independente, isto é, gover-

(Continua na pág. 8)

COMISSÃO ELEITORAL TERRITORIAL DE TIMOR

A V I S O

Para cumprimento do Artigo 4.º do Decreto-Lei 93/A de 28 de Fevereiro de 1975 se torna público as listas definitivamente admitidas nos círculos do Território Eleitoral.

CÍRCULO ELEITORAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

Centro Democrático Social, Partido Popular Democrático, Partido Socialista, Movimento Democrático Português, Partido Comunista Português, Movimento de Esquerda Socialista.

CÍRCULO ELEITORAL DE AVEIRO

Movimento Democrático Português, Partido Socialista, Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas), Partido Comunista Português, Centro Democrático Social, Movimento de Esquerda Socialista, Partido Popular Democrático, Partido da Unidade Popular.

CÍRCULO ELEITORAL DE BEJA

Centro Democrático Social, Partido da Unidade Popular, Partido Comunista Português, União Democrática Popular, Partido Socialista, Movimento Democrático Português, Partido Popular Democrático, Movimento de Esquerda Socialista.

CÍRCULO ELEITORAL DE BRAGA

Partido Popular Democrático, Partido da Unidade Popular, Partido Popular Monárquico, Movimento de Esquerda Socialista, Centro Democrático Social, Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas), Frente Socialista Popular,

Movimento Democrático Português, Partido Socialista, Partido Comunista Português.

CÍRCULO ELEITORAL DE BRAGANÇA

Centro Democrático Social, Partido Comunista Português, Frente Socialista Popular, Movimento Democrático Português, Partido Popular Monárquico, Partido Socialista, Partido Popular Democrático.

CÍRCULO ELEITORAL DE CASTELO BRANCO

Frente Socialista Popular, Partido Popular Monárquico, Centro Democrático Social, Partido Popular Democrático, Partido Comunista Português, Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas), Movimento de Esquerda Socialista, Partido Socialista, Movimento Democrático Português, União Democrática Popular.

CÍRCULO ELEITORAL DE COIMBRA

Movimento de Esquerda Socialista, Partido Comunista Português, Centro Democrático Social, Partido Popular Monárquico, Partido Popular Democrático, Movimento Democrático Português, Frente Socialista Popular, Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas), Partido Socialista.

CÍRCULO ELEITORAL DE ÉVORA

Partido Popular Democrático, Frente Socialista Popular, Centro Democrático Social, União Democrática Popular, Partido da Unidade Popular, Partido Socialista, Movimento Democrático Português, Partido Comunista Português.

CÍRCULO ELEITORAL DE FARO

Centro Democrático Social, Partido Socialista, Partido da Unidade Popular, Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas), Movimento de Esquerda Socialista, Partido Comunista Português, Frente Socialista Popular, União Democrática Popular, Movimento Democrático Português, Partido Popular Democrático.

CÍRCULO ELEITORAL DO FUNCHAL

Partido Comunista Português, Movimento Democrático Português, Partido Popular Democrático, Partido Socialista, Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas), Centro Democrático Social.

CÍRCULO ELEITORAL DE HORTA

Movimento Democrático Português, Partido Socialista, Partido Popular Democrático, Partido Comunista Português.

CÍRCULO ELEITORAL DA GUARDA

Partido Popular Monárquico, Centro Democrático Social, Partido Popular Democrático, Partido Socialista, Movimento Democrático Português, Partido Comunista Português, Frente Socialista Popular.

CÍRCULO ELEITORAL DE LEIRIA

União Democrática Popular, Partido Comunista Português, Movimento Democrático Português, Liga Comunista Internacionalista, Frente Socialista Popular, Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas), Partido Socialista, Movimento de Esquerda Socialista, Partido Popular Democrático, Centro Democrático Social.

CÍRCULO ELEITORAL DE LISBOA

Partido Popular Monárquico, Centro Democrático Social, União Democrática Popular, Partido Socialista, Frente Socialista Popular, Movimento de Esquerda Socialista, Movimento Democrático Português, Liga Comunista Internacionalista, Partido Popular Democrático, Partido Comunista Português, Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas).

CÍRCULO ELEITORAL DE PORTALEGRE

União Democrática Popular, Partido Socialista, Movimento Democrático Português, Frente Socialista Popular, Partido Popular Monárquico, Partido Comunista Português, Movimento de Esquerda Socialista, Partido Popular Democrático, Centro Democrático Social.

CÍRCULO ELEITORAL DO PORTO

União Democrática Popular, Partido da Unidade Po-

pular, Movimento de Esquerda Socialista, Partido Popular Democrático, Movimento Democrático Português, Centro Democrático Social, Partido Comunista Português, Liga Comunista Internacionalista, Partido Socialista, Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas), Frente Socialista Popular, Partido Popular Monárquico.

CÍRCULO ELEITORAL DE SANTARÉM

Partido Popular Monárquico, Frente Socialista Popular, Movimento Democrático Português, Partido Popular Democrático, Movimento de Esquerda Socialista, Partido Socialista, Partido Comunista Português, União Democrática Popular, Centro Democrático Social.

CÍRCULO ELEITORAL DE SETÚBAL

Liga Comunista Internacionalista, União Democrá-

tica Popular, Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas), Frente Socialista Popular, Partido Comunista Português, Movimento Democrático Português, Centro Democrático Social, Partido Socialista, Movimento de Esquerda Socialista, Partido Popular Democrático, Partido de

CÍRCULO ELEITORAL DE VIANA DO CASTELO

Partido Socialista, Frente Socialista Popular, Partido Popular Monárquico, Centro Democrático Social, Movimento Democrático Português, Partido Comunista Português, Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas), Partido Democrático, Movimento de Esquerda Socialista.

CÍRCULO ELEITORAL DE VILA REAL

Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas), Centro Democrático

Social, Partido Popular Monárquico, Partido Socialista, Movimento Democrático Português, Partido Comunista Português, Partido Popular Democrático.

CÍRCULO ELEITORAL DE VISEU

Frente Socialista Popular, Partido Popular Monárquico, Partido Comunista Português, Partido Socialista, Centro Democrático Social, Movimento Democrático Português, Partido Popular Democrático.

CÍRCULO ELEITORAL DE PONTA DELGADA

Partido Socialista, Movimento de Esquerda Socialista, Movimento Democrático Português, Partido Popular Democrático, Partido Comunista Português, Centro Democrático Social.

O Presidente da Comissão Eleitoral de Timor, José Olímpio Caiado Costa Gomes, major de cav.

NOTÍCIAS DIVERSAS

O BOEING DA TAP, DEIXOU BAUCAU NA QUINTA-FEIRA

(Continua na pág. 6)

Adelino da Silva, que estudará o problema do sal para que Timor se possa abastecer a si próprio neste produto.

A Fretilin e a educação sanitária

— O Comité de Saúde, higiene popular e Assistência Social da FRETILIN, em cooperação com o Comité de Educação e Cultura, vai iniciar brevemente campanha de Educação Sanitária, medicina preventiva, vacinação, etc.

De acordo com informação de elementos ligado a aquele partido político, aquelas tabelas serão desempenhadas por grande número de enfermeiros adeptos da FRETILIN.

O TEXTO DEFINITIVO DO PACTO PROPOSTO PELO MFA

(Continuação da pág. 4)

3. Forças Armadas

3.1 — Durante todo o Período de Transição o poder militar manter-se-á independente do poder civil.

3.2 — O Comandante Chefe das Forças Armadas será o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, que depende directamente do Presidente da República.

3.3 — O CEMGFA poderá ser assistido por um vice-chefe do EMGFA, que o substituirá nos seus impedimentos.

3.4 — Cada um dos ramos das Forças Armadas será

A Fretilin e a campanha de alfabetização

— Está a decorrer com grande êxito a campanha de alfabetização levada a cabo pelo Comité de Educação e Cultura da FRETILIN, segundo o método de Paulo Freire, e que abrange já várias centenas de jovens e adultos.

A UDT num plenário de saúde e assistência

— Realizou-se no dia 4 do mês em curso o 1.º plenário da sub-comissão de saúde e assistência da UDT, tendo nele comparecido grande número de filiados daquele partido, com boa representatividade de profissionais de

enfermagem. Dentro os diversos assuntos relacionados com a problemática sanitária em Timor fez-se a eleição de novos membros constituintes tendo a mesma recaído sobre:

Presidente — João Policarpo Saldanha de Melo;

Vice-presidente — José Ramos Filipe;

Secretário — Áurea Valadares Madeira;

Vogais — Severina da Cruz, Mena Pimentel, J. ta Lim e Jacinta Pereira.

A Câmara Municipal vai adquirir novos transportes

— Na sessão da Câmara Municipal de Díli realizada, a vereação tomou conhecimento da oferta por parte do Governo, da verba necessária para a aquisição de um novo autocarro, para os transportes públicos da cidade. Esta nova unidade, a juntar a uma outra a adquirir com verba do município, irá solucionar em parte o problema com que a edilidade vem lutando para poder dar satisfação aos constantes pedidos não só dos funcionários, alunos das escolas como também do público em geral, a fim de que possam, a tempo e horas, estarem nos seus empregos, estabelecimentos escolares, etc.

Pelo facto, deliberado que ficasse exarado na acta um voto de agradecimento ao Governo da província.

Tiveram início das obras de reparação das barracas e muros destruídos na praia de Areia Branca, motivadas pelas intensas chuvas e consequentes inundações aí verificadas semanas atrás. O Centro de Informação e Turismo, que colocou à disposição deste município a verba necessária e bem assim a firma Moniz da Maia, colaboram nos trabalhos.

UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE

(Continuação da pág. 4)

nado pelos seus próprios filhos timorenses. Ultimamente, o meu médico foi peremptório em que eu devo descansar temporariamente.

P — Quer dizer-nos mais alguma coisa sobre a UDT no momento presente?

R — No momento presente não há nada de especial na UDT. A única novidade é esta: Continuam a chover adesões ao meu Partido. Quero ainda frizar, que os membros do Comité Central e do Secretariado dão-se lindamente e vem dando o melhor da sua vontade e o melhor da sua inteligência para que Timor seja realmente independente. Portanto, cai por terra toda e qualquer macabra especulação de que eu deixei de ser Secretário-Geral da UDT por qualquer desentendimento. Nós os da UDT, desde o nosso muito dinâmico presidente Lopes da Cruz até ao filiado mais modesto estamos a trabalhar para transformar Timor dentro da paz e

da ajuda mútua para defender a nossa terra contra os que a querem entregar a potências estrangeiras ou aqueles que, sob a capa de libertação, maquinam a sua perdição. Porque eu digo, pode-se ser inimigo da independência de Timor de duas maneiras: ou filiando-se na APODETI ou apressando uma independência para que aqui em Timor haja caos, haja guerra e as outras potências estrangeiras nos possam um dia fazer perder a independência que tanto ambicionamos. A União Democrática Timorense quer que Timor seja realmente independente. Eu voltarei a trabalhar para a União Democrática Timorense assim que o estado da minha saúde o permitir.

Por último faço votos por que as digressões feitas ao estrangeiro, tanto a nível partidário como a nível de coligação, tragam os melhores resultados para um Timor Novo, progressivo, soberano e independente.

F. Oliveira

ANUNCIADO AO PAÍS O TEXTO DEFINITIVO DO PACTO PROPOSTO PELO M.F.A. AOS PARTIDOS POLÍTICOS

LISBOA, (ANI) — Aca-
ba de ser anunciado ao País
o texto definitivo do pacto
proposto pelo Movimento
das Forças Armadas aos
partidos políticos. O texto é
o seguinte:

A. INTRODUÇÃO

1 — O movimento revolu-
cionário iniciado pelas For-

estrita aliança com o Povo
Português e com os partidos
políticos que defendam os
seus mais legítimos interes-
ses.

4 — O MFA representado
pelo Conselho da Revolução
estabelece uma plataforma
política pública com os par-
tidos que estejam empenha-
dos no cumprimento dos

penhados e que permita le-
var a cabo, em tempo útil
e sem lutas partidárias es-
térteis e desagradadoras, um
projecto comum de recons-
trução nacional.

2 — Os termos da presen-
te plataforma deverão inte-
grar a futura Constituição
Política a elaborar e apro-
var pela Assembleia Cons-

elaboração da futura Consti-
tuição Política, será consti-
tuída uma comissão do
MFA que em colaboração
com os partidos que assinem
o presente acordo, acompan-
hará os trabalhos da Consti-
tuinte, de forma a facilit-
tar a coordenação entre os
partidos e a impulsionar o
andamento dos trabalhos,
dentro do espírito do Pro-
grama do MFA e da presen-
te plataforma.

3. Elaborada e aprovada
pela Assembleia Constituin-
te, a nova Constituição, de-
verá a mesma ser promulga-
da pelo Presidente da Repú-
blica, ouvido o Conselho da
Revolução.

4. Até à entrada em fun-
cionamento dos novos ór-
gãos de soberania definidos
na nova Constituição Políti-
ca, manter-se-ão com as suas
actuais funções o Conselho
da Revolução, a Assembleia
do MFA e o Governo Provi-
sório.

5. Tendo em conta que as
próximas eleições se desti-

expostos, e a fazê-la incluir
na nova Constituição junta-
mente com os restantes pon-
tos acordados neste docu-
mento.

D. ESTRUTURA FUTURA E

SUAS ATRIBUIÇÕES

1. Órgãos de soberania.

Os órgãos de soberania da
República Portuguesa du-
rante o período de transi-
ção, serão os seguintes:

c) Escolher o Primeiro
Ministro, ouvido o Con-
selho da Revolução

b) Nomear e exonerar os
membros do Governo,
de acordo com proposta
do Primeiro Ministro

e) Dissolver a Assembleia
Legislativa, sob delibe-
ração do Conselho da
Revolução, marcada a
data para novas elei-
ções, a realizar no pra-
zo de 90 dias.

**O Conselho da Revolução reafirma a sua
determinação em fazer cumprir o que se
encontra estabelecido para a formação
da Assembleia Constituinte**

ças Armadas a 25 de Abril
de 1974 adquiriu uma diná-
mica cada vez mais acentu-
ada em resposta aliás
quer às justas aspirações do

princípios do Programa do
MFA na consolidação e
alargamento das conquistas
democráticas já alcançadas.

5 — Para a elaboração

tuinte.

3 — A presente platafor-
ma será válida por um perio-
do designado por Período de
Transição, com duração que

**A eleição será feita por maioria
absoluta à primeira volta ou por
maioria simples à segunda**

a) Presidente da Repúbli-
ca

b) Conselho da Revolu-
ção

c) Assembleia do MFA

d) Assembleia Legislati-
va

f) Promulgar e fazer pu-
blicar as Leis do Conse-
lho da Revolução e da
Assembleia Legislativa,
bem como os decretos-
leis do Governo.

2.b — O Presidente da
República será eleito por
um Colégio Eleitoral para o
efeito constituído pela As-
sembleia do MFA e Assem-
bleia Legislativa.

2.3.1 — As candidaturas
deverão ser subscritas por
um mínimo de 80 eleitores
do Colégio.

2.3.2 — A eleição será fei-
ta por maioria absoluta à
primeira volta ou por maio-
ria simples à segunda, sen-
do a esta admitidos apenas
os candidatos que tiverem
obtido mais de 20 por cento
dos votos no primeiro escru-
tínio.

2.4 — Em caso de morte
ou impedimento permanente
do Presidente da República,
assumirá as suas funções
quem o Conselho da Revolu-
ção designar, devendo a no-
va eleição ser no prazo de
60 dias.

3. Conselho da Revolução.
3.1 — A constituição do
Conselho da Revolução será
a que se encontra definida
na Lei Constitucional n.º 5/
75, de 14 de Março.

3.1.1 — Qualquer altera-
ção à composição do Conse-
lho da Revolução só poderá
ser feita por legislação do
próprio Conselho, de acordo
com deliberação da Assem-
bleia do MFA.

3.2 — O Conselho da Re-
volução terá por funções:

a) Definir, dentro do es-
pírito da Constituição, as
necessárias orientações pro-
gramáticas da política in-
terna e externa, e velar pelo
seu cumprimento.

b) Decidir, com força
obrigatória geral, sobre a
constitucionalidade das leis
e outros diplomas legislati-
vos, sem prejuízo da compe-
tência dos tribunais para

(Continua na pág. 4)



Povo Português quer às
agressões sucessivas e sem-
pre mais violentas da reac-
ção.

2 — Os graves aconteci-
mentos contra-revoluciona-
rios de 11 de Março impu-
saram e tornaram inadiável
a institucionalização do
Movimento das Forças Ar-
madas. É assim que a Lei
Constitucional n.º 5/75,
criou o Conselho de Revolu-
ção que ficou com as com-
petências antes atribuídas à
Junta de Salvação Nacional
ao Conselho de Estado e ao
Conselho dos Chefes dos
Estados Maiores das Forças
Armadas.

3 — A Lei n.º 5/75, de
forma alguma a substituir
ou a marginalizar os parti-
dos políticos autenticamen-
te democráticos e empenha-
dos sinceramente no cum-
primento do Programa do
MFA antes visa a dinamiza-
ção e a vigilância do proces-
so revolucionário que se le-
vará a cabo sempre em mais

da presente plataforma fo-
ram levados em considera-
ção os resultados das con-
versações mantidas com os
diferentes partidos e toma-
da em conta a situação re-
sultante do esmagamento
do golpe contra-revolucio-
nário de 11 de Março.

B. OBJECTIVOS

DA PLATAFORMA

1 — Pretende-se estabele-

será fixada na nova Consti-
tuição entre três a cinco
anos, e que terminará com
uma revisão Constitucional.

C. ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, SEU FUNCIONAMENTO ELABORAÇÃO E PROMULGAÇÃO

1. O Conselho da Revolu-
ção reafirma a sua determi-

nam unicamente à designa-
ção de uma Assembleia
Constituinte, cuja missão
exclusiva será elaborar e
aprovar a Constituição, as
eventuais alterações à com-
posição do Governo Provisó-
rio, até à eleição da Assem-
bleia Legislativa e à conse-
quente formação do Gover-
no, competirão somente à
iniciativa do Presidente da
República, ouvido o Primei-

e) Governo

f) Tribunais

2.1 — O Presidente da
República será por inerên-
cia o presidente do Conselho
da Revolução e o Coman-
dante Supremo das Forças
Armadas.

2.2 — O Presidente da
República terá os poderes e
funções que lhe forem atri-
buídas pela Constituição,

**Definir dentro do espírito da Constituição as
necessárias orientações programáticas da política
interna e externa e velar pelo seu cumprimento**

cer uma plataforma política
comum, que possibilite a
continuação da revolução
económica e social iniciada
em 25 de Abril de 1974, den-
tro do pluralismo político
compatível com a via socia-
lizante em que estamos em-

nação em fazer cumprir o
que se encontra estabelecido
quanto à realização de elei-
ções verdadeiramente livres
e responsáveis para a forma-
ção da Assembleia Consti-
tuinte.

2. Durante os trabalhos de

ro Ministro e o Conselho da
Revolução.

6 Os partidos signatários
desta plataforma comprome-
tem-se a não pôr em causa
a institucionalização do
MFA, nos termos a seguir

entre os quais incluirão os
seguintes:

a) Presidir ao Conselho
da Revolução

b) Exercer o cargo de Co-
mandante Supremo das
Forças Armadas.

INTERNACIONAL

NA AMÉRICA O NÚMERO DE VÍTIMAS DE ATENTADOS TERRORISTAS AUMENTARAM

Washington, (ANI) — As autoridades norte-americanas reconhecem que o número de vítimas de atentados territoriais tem aumentado dramaticamente este ano.

Segundo estatísticas publicadas pelo FBI pelo menos quinze pessoas foram mortas e noventa e uma feridas em actos terroristas só nos dois primeiros meses de 1975. Em igual período de 1974 as vítimas de tais

atentados foram apenas dois mortos e vinte feridos. Em Janeiro e Fevereiro deste ano houve nos Estados Unidos um total de trezentas e dezoito explosões de bomba que causaram danos materiais superiores a dois milhões de dólares em residências, escolas, edifícios e outros locais. Os Estados da Costa do Pacífico, especialmente Califórnia, registaram maior número de atentados.

Encontrado morto o General Ngyen Van Hieu Vice-Presidente das Forças Governamentais de Saigão

Saigão, 9 (ANI) — Foi encontrado morto na sua secretaria o general Ngyen Van Hieu vice-chefe das Forças Governamentais da área de Saigão, anuncia-se em círculos militares de Saigão. O general Van Hieu foi encontrado no seu gabinete situado junto da base aérea de Bien Hoa a trinta quilómetros a noroeste de Saigão com um ferimento na boca provocado por uma

bala. Nos mesmos círculos afirma-se que o general suicidou-se depois de ter discutido violentamente com o seu superior general Ngyen Van Toan que comanda as tropas sulvietnamitas nas treze províncias circunvizinhas de Saigão, acrescenta-se ainda que o motivo da discussão foi a tática militar a utilizar contra as forças do Vietcong mas desconhece-se a causa exacta.

PHNOM PENH

Phnom Penh, 12 (ANI) — O Presidente interino do Camboja Sau Kham Khoy deixou o país a bordo dum dos helicópteros de evacuação Norte-Americanos e um deputado da Assembleia Nacional declarou que os ministros do Governo estão a considerar uma rendição aos Khmers Vermelhos. Sau Kham Khoy assumiu o poder em um de Abril depois da partida do Presidente Lon Nol.

Foi a sua vez de deixar o país juntamente com civis evacuados por helicópteros Norte-Americanos. Entretanto a par da partida de civis norte-Americanos os carregamentos aéreos de munições, alimentos para Phnom Penh foram suspensos não se sabendo se serão retomados. Segundo o correspondente da UPI em Phnom Penh atiradores das forças de libertação atacaram a pista de aterragem durante uma operação de evacuação tendo morrido um civil cambojano e ficado ferido outro. O pentágono em Washington observou que os Norte-Americanos não responderam ao ataque.

Funcionários do pentágono informaram ainda que permaneceram em Phnom Penh seis jornalistas Norte-Americanos que não foram imediatamente identificados. Entre os evacuados conta-se também Lon Nol irmão do Presidente Lon Nol que seguiu para exílio há onze dias.

NOTÍCIAS DIVERSAS

Visita do governador a Maubisse

—Acompanhado pelo chefe da Repartição de Gabinete e do Gabinete de Planeamento Económico e Estatística, major Adelino Coelho, o Governador de Timor, coronel Lemos Pires visitou Maubisse na manhã do dia 10, por onde seguiu de helicóptero para Aileu seguiu por via terrestre, o comandante militar de Timor, tenente coronel Ribeiro de Magalhães, que se juntou ao Governador Lemos Pires, tendo o chefe de Gabinete regressado a Dili a meio da manhã.

rou no aeroporto daquela localidade e que transporta militares que terminaram a sua comissão de serviço em Timor. No mesmo avião, seguiu para Djakarta o Dr. Cabrita Matias, embaixador de Portugal em Camberra. Naquele avião viajaram o jornalista Mário Zambujal, chefe de redacção de «O Século», e o fotógrafo Luís Pavão, do mesmo Matutino Lisboeta, que ontem ao fim da tarde tiveram um encontro com o Governador Lemos Pires.

No mesmo avião regressou a Timor o nosso camarada Borja da Costa, que durante cerca de um mês e meio, frequentou um estágio no matutino «Diário de Notícias».

Também na avião da Força Aérea Portuguesa chegou a Timor o estudante de Engenharia Civil, Amis Basarewan elemento do CAF (Comité de apoio à FRETILIN em Lisboa).

Chegarão ainda a Timor o Dr. Botelho de Sousa, um dos técnicos contratados em Lisboa para exercerem funções neste território, e o técnico e industrial de Sal, sr.

(continua na pág. 8)

ÚLTIMA HORA

SOB COACÇÃO DO CONSULADO:

COMERCIANTES PORTUGUESES HASTEIAM A BANDEIRA DE FORMOSA

ESTÁ a causar a mais viva reacção a atitude do Consul da Republica da China (Formosa) em Dili em obrigar comerciantes de nacionalidade portuguesa, mas de origem chinesa, a hastearem nas suas casas comerciais a bandeira da Formosa, como sinal de luto pela morte de Chiang Kai-Shek.

Sabemos de alguns industriais e comerciantes que

após grande insistência por parte do consulado para terem a bandeira da Formosa a meia-haste, e não a posuindo a foram comprar àquele consulado, que as vendeu a 110\$00.

Os comerciantes, embora contra vontade, agiram com medo, pois tendo grandes relações comerciais com a Formosa receiam que o consul os apelide, ou comuniquem

às autoridades daquela ilha, lar da China, de que são comunistas.

O facto torna-se tanto mais grave na medida em que Portugal em declaração feita em Dezembro através do Ministério dos Negócios Estrangeiros reconheceu a China Continental como única representante do povo chinês e a Formosa (Taiwan) como fazendo parte integrante da República Popular da China.

De resto, grande maioria dos donos das casas comerciais que neste momento, e até 6 de Maio, vão ter a bandeira da Formosa a meia haste, embora de origem chinesa, são portugueses e, portanto, a atitude daquele diplomata (?) é considerada uma prepotência bastante grave.

UDT NO ESTRANGEIRO

Notícias de Cupão, dão conta da chegada àquela cidade da Delegação da UDT composta pelo Presidente, Francisco Lopes da Cruz e Vice-Presidente, sr. César Augusto Mousinho.

No aeroporto daquela cidade, a Delegação teve carinhosa recepção encontrando-se a aguardá-la o sr. dr. Amalo, secretário do Governador El Tari que em nome deste ilustre governante apresentou cumprimentos de boas-vindas aos membros da Delegação. Presentes também muitos fotógrafos e jornalistas que não quiseram perder a oportunidade de abordar os líderes da UDT.

Entretanto em Dili, o sr. António de Sousa do Nascimento, presidente representante, ao ser abordado para nos fazer algumas declarações sobre as suas novas funções disse: «Apenas para representar o sr. Presidente enquanto está no estrangeiro». E acrescentou: «Mas a UDT não para. As nossas visitas ao interior para sessões de esclarecimento continuam a ser feitas com a mesma intensidade. O nosso objectivo principal é levar às populações o conhecimento das nossas intenções de continuarmos a trabalhar para a nossa independência».

A VOZ DE TIMOR

EDIÇÃO DO GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DIRECTOR: Francisco Lopes da Cruz. DELEGADO: Fernando de Almeida do Carmo. REDACÇÃO: Cristóvão Santos, Borja da Costa, Júlio Alfaro. REPORTER FOTOGRAFICO: Fernando Oliveira. CORRESPONDENTES: Domingos Zeferino dos Santos (Metinaro); Edmundo Fernandes (Atauro); António da Conceição B. Araújo (Manatuto); Afonso do Rego (Lacubur); António Amado Guterres (Laclo); Manuel Doutei Sarmento (Solbada); Abílio Afonso Henriques (Baucau); Francisco P. Viana (Quelical); Aleixo Guterres (Venilale); Sebastião Aparício Guterres (Baguia); Elias Martins (Laga); Paulo Soares (Vemasse); Anacleto Moniz (Ilhomar); João Caetano (Lautém); Valentim Francisco S. Ferreira (Luro); João Ernestino de Andrade (Lospalos); Luís Francisco A. Soares (Viqueque); Júlio Pires (Uato-Lari); Braz Rangel Ferreira (Uato-Carbau); João Coimbra (Cossó); Miguel Soares (Lacuta); Renato Jorge de Meneses (Aileu); Laulara, Lequide; Zito da Costa (Remexio); Gregório de Jesus (Maubisse); Gaspar de Deus Pereira (Turiscas); Celestino Tilman (Same); Francisco Xavier da Costa (Alas); Júlio Verdial (Fato-Berliu); João César Corte Real (Hato-Udo); Claudino Vieira (Suai); Cipriano Augusto (Mallana); Martinho Afonso (Balibó); Jacinto Hermenegildo Soares (Atsabe); Luís Viana (Caillaco); Luís José de Oliveira (Lolotoi-Lebos); João Barreto (Bobonaro); Paulo Cabral (Ermera); Gabriel da Costa (Rallaco); João Martins Marcelo (Hatolla);

Alexandre da Cruz (Atsabe); Carlos de Deus (Lete-Foho); Salvador Tilman (Liquicá Anselmo dos Santos (Maubara); Long VI Seng (Bazartete); Ambrósio Bano (Oé-Cusse); Patrício Rebelo (Nítibe); Domingos Corbafo (Oé-Silo); Felix de Andrade (Pánsabe).

COLABORADORES ESPECIAIS: Dr. Martinho; José Alexandre Gusmão; Ten. Dorbalino dos Santos; Dr. Figueiredo, Dr. Seabra.

ADMINISTRAÇÃO: (António Quintão, Gaspar Guterres, Evaristo Amaral, Alberto Cáceres, António Freitas.

DIRECÇÃO TÉCNICA — Corte Real

COMPOSIÇÃO — Sebastião Lopes.

IMPRESSÃO — Norberto Pereira, Aleixo Freitas.

PAGINAÇÃO — Mário Soares, Gregório Rego, Tomás Soares, Mário Araújo, Moisés Oliveira.

COMPOSTO E IMPRESSO: IMPRENSA NACIONAL DE TIMOR